

## A RELAÇÃO CONCLUSIVA NAS VARIEDADES LUSÓFONAS: A VARIEDADE EUROPEIA

Norma Barbosa NOVAES-MARQUES  
Universidade Estadual Paulista - UNESP  
nb.novaes@uol.com.br

**Resumo:** Os estudos sobre articulação textual há tempos são objetos de pesquisa na área dos estudos linguísticos, no entanto, estão longe de sua finalização, tendo em vista que cada vez mais há novos trabalhos lançando luz sobre a discussão. A Gramática Discursivo-Funcional, proposta por Hengeveld e Machenzie (2008), modelo teórico que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação, apresenta aparato teórico que permite uma análise consistente a respeito do tema. Com base nesta teoria, objetivamos fornecer um quadro descritivo-analítico das relações conclusivas na variedade europeia do português, a fim de verificar que tipo de unidades linguísticas são relacionadas pelas tradicionalmente denominadas conjunções conclusivas. Especificamente, discute-se se a relação conclusiva ocorre tanto no Nível Interpessoal (responsável por captar as distinções de Formulação que dizem respeito à interação entre o Falante e o Ouvinte) como no Nível Representacional (responsável pelas distinções semânticas) e analisa-se ainda se a distinção entre os Níveis é codificada fonologicamente. Como resultado parcial, verificou-se que a codificação fonológica pode ocorrer em diferentes camadas: constituem Enunciados ou Frases Entoacionas, a depender do Nível em que a relação é formulada, cada qual com diferentes características nos contornos entoacionais.

**Palavras-chave:** relação conclusiva; Gramática Discursivo-Funcional; português europeu falado

### Apresentação

Este texto é parte de uma pesquisa de doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP, campus de São José do Rio Preto, cujo objetivo geral é fornecer um quadro descritivo-analítico das relações conclusivas no português, adotando como base teórica a funcionalista da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008), um modelo teórico que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação.

Muitos dos estudos sobre as relações conclusivas tomam por vezes os aspectos sintáticos, mediados ou não pela pragmática, em uma análise com precisão e propriedade, mas sem considerar a interação entre os diferentes níveis de análise linguística (pragmático, semântico, sintático, morfológico e fonológico), o que pode levar a uma visão mais restrita do objeto em discussão. Uma descrição mais completa englobaria não somente a análise desses níveis, mas também a relação existente entre eles. É o que pretende a pesquisa ao analisar a relação conclusiva que se realiza por meio das conjunções *portanto* e *então* em dados de língua falada nos países lusófonos, tendo como base o aparato da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF).

O texto em apresentação é um recorte do objeto de estudo acima descrito, restrito apenas à variedade europeia do português. Tem-se como objetivo específico descrever as relações conclusivas com as formas *portanto* e *então*<sup>1</sup>, que pode apresentar diferentes escopos, desde orações até grandes porções textuais, compostas de várias orações.

Pretende realizar uma análise que não valorize apenas aspectos formais do processo, notadamente os morfossintáticos, ou que não estabelecem relação com os demais aspectos da língua, mesmo abordando aspectos pragmáticos. A GDF, ao propor que o componente gramatical está organizado em níveis e camadas, considera que os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico se apresentam como autônomos, por contarem com categorias próprias, porém, apresentam interdependência, devido ao fato de poder haver motivações semânticas e pragmáticas para a codificação morfossintática e fonológica.

Desta forma, em função do foco deste trabalho, ou seja, a motivação semântica ou pragmática para construção da relação conclusiva, a GDF se apresenta como favorável, visto que há aqui a necessidade de um modelo teórico que considere a gramática como um componente integrado aos níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico.

Para análise dos dados, foram selecionados os dados obtidos no corpus denominado “Português oral”<sup>2</sup>, desenvolvido no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, que traz amostragens de variedades do português falado gravadas em lugares, datas e situações diversificadas, acompanhadas das correspondentes transcrições ortográficas alinhadas.

A metodologia adotada para análise dos dados seguiu quatro passos: i) seleção e descrição das ocorrências de *portanto* e *então* em construções conclusivas; ii) análise dos dados, com base na literatura de autores que adotam a perspectiva da GDF e de autores de outras linhas teóricas, para auxílio na compreensão do fenômeno linguístico em estudo; iii) descrição da relação conclusiva na variedade europeia. No segundo passo, inclui-se uma etapa em que os dados foram submetidas à análise por meio do programa Praat<sup>3</sup>.

O texto encontra-se dividido em três partes. Na primeira, são apresentados, resumidamente, alguns dos principais estudos teóricos sobre a relação conclusiva; na segunda, há a apresentação sintetizada do modelo teórico adotado para o estudo, a GDF; na terceira, encontra-se uma discussão sobre as propriedades pragmáticas, semânticas e fonológicas da relação conclusiva; por fim, uma breve seção que resume os principais resultados.

## 1. A relação conclusiva

Lopes et al. (2001) afirmam que a relação conclusiva é construída por meio de operadores com um significado do tipo instrucional que indicam que a proposição introduzida deve ser interpretada como conclusão fundamentada em um raciocínio inferencial: numa estrutura do tipo *p portanto q*, o conector sinaliza que *p* é uma premissa e *q* uma conclusão,

---

<sup>1</sup> Não houve ocorrências da conjunção conclusiva *logo*, algo que pretendemos ainda verificar com provável ampliação do corpus.

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica\\_de\\_corpus/projecto\\_portuguesfalado.php](http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php)

<sup>3</sup> Boersman P, Weenink D. Praat: doing phonetics by computer (Version 5.0.30) Available from: <http://www.praat.org/> (Nov 2009). Trata-se de uma ferramenta computacional de domínio público usada para análise acústica de dados de fala, com uma gama de procedimentos, como gravação de sinal sonoro em formato digital, análises acústicas (espectrográfica, frequência fundamental, intensidade, formantes), síntese articulatória, etc.

sendo p e q entidades epistêmicas que integram o universo cognitivo do falante e operam no domínio do raciocínio. Nesses casos, há um esquema inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada, como exemplificam as autoras:

- (1) As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa.

A premissa elidida seria ‘quando há alguém em casa, as luzes estão acesas’. A própria relação conclusiva induziria à reconstituição da premissa implícita que assume forma de construção condicional, sendo o antecedente a premissa asserida e o conseqüente, a conclusão. Essa premissa implícita deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação conclusiva. Logo, uma conclusão, para ser tomada como tal, depende também de aspectos pragmáticos, já que pressupõe conhecimento prévio das intenções do interlocutor.

Salientam as autoras que nessas construções a relação de causa/consequência opera no nível do domínio epistêmico: a conclusão assinalada pelo conector é uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa. Assim, a premissa p constitui uma prova ou evidência, do ponto de vista epistêmico, que legitima a asserção da conclusão q.

Em relação às diferentes formas que podem criar uma relação conclusiva por meio de elementos conectores, várias são as pesquisas de diferentes autores. Retratam-se aqui alguns posicionamentos a respeito das formas *então* e *portanto*, por serem as formas tomadas para estudo.

Novaes (2008), com base em Dik (1997), considera que *portanto*, dentre outras funções, é um conector, um instrumento linguístico usado para criar coerência no discurso com o papel primário de ligar orações precedentes a uma nova oração e, simultaneamente, especificar a relação semântica e pragmática entre esses elementos articulados. Conclui a autora que esse elemento estabelece ligação entre textos, ou seja, liga orações precedentes à nova oração, estabelecendo uma relação semântica de conclusão, como se pode verificar no exemplo (2):

- (2) O doente é uma fonte de informação fundamental. Se o doente se queixa, há qualquer coisa mesmo que seja imaginário. **Portanto**, é a abertura ao doente e essa capacidade de comunicar que são essenciais.(PE falado- G 0324:98)

Para Novaes (2008), este elemento estabelece coerência, ligando as orações “se o doente se queixa, há qualquer coisa mesmo que seja imaginário” à nova oração “é a abertura ao doente e essa capacidade de comunicar que são essenciais”, conforme o esquema: Oração (s) precedente(s). Conector, Nova oração, ao mesmo tempo que especifica a relação semântica pragmática de conclusão. O elemento conector indica que se deve entender a nova oração como uma conclusão a respeito de todo o pronunciamento anterior por meio de um raciocínio inferencial: o falante faz toda uma explanação sobre o doente como fonte de informação para então conduzir à conclusão de que é essencial valorizar a abertura ao doente e sua capacidade de comunicação.

Com base na perspectiva da semântica argumentativa, Ducrot (2009) acredita que a relação de conclusão pode se dar entre proposições sintáticas ou entre sequências de proposições, como parágrafos. Porém, questiona a interpretação comum de que, na relação conclusiva, há um encadeamento do tipo A *portanto* C em que A é apresentado como justificando C, tornando C verdadeiro, válido, ou ao menos mais aceitável do que era antes de

seu encadeamento a A. Ducrot admite que há um papel persuasivo, mas não por um caráter racional, como comumente explicado. A base de sua discussão é a de que, em um encadeamento argumentativo *A portanto C*, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão, e, assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não haveria passagem de A para C, não haveria justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto C*, mas sim a ideia de que

os encadeamentos analisados, embora liguem duas proposições assertivas por meio do conector *portanto* (eventualmente implícito), não assinalam de modo algum uma inferência que vai de uma afirmação para outra. Cada uma dessas aparentes afirmações contém de fato o conjunto do encadeamento no qual ela tem lugar. Assim, não há passagem de um conteúdo factual, objetivo, para outro. (DUCROT, 2009, p. 22)

Ducrot afirma que o encadeamento argumentativo não tem a finalidade de justificar uma afirmação a partir de outra, mas qualificar algo pelo fato de que serve de suporte a certa argumentação. Assim, a forma *portanto* seria usada para descrever, e não provar, justificar ou tornar verossímil. Afirma ainda que a significação não obriga absolutamente a continuar com *portanto*, mas permite igualmente encadear com uma palavra do tipo de *no entanto*. Pode-se dizer:

- (3) Ele estudou um pouco, *portanto* vai ser aprovado.
- (4) Ele estudou um pouco, *no entanto* vai ser aprovado.

A proposição A pode ser encadeada por ambas as formas, e a escolha não se dá por uma questão de A levar a C, prova de que a questão não é lógica. Sendo assim, para o autor, argumentar com *portanto* é uma estratégia do falante para persuadir o interlocutor. Um exemplo usado para ilustrar essa afirmação é:

- (5) A estação é longe, *portanto* tomemos um táxi.

A intenção é evitar uma fácil refutação da ideia, com um simples ‘não’; no caso, se quiser refutar, deve-se colocar argumentos para fazê-lo. Também há a vantagem de se construir uma imagem mais favorável, na medida em que não há uma imposição, mas uma tentativa de convencer por argumentos. O que está em jogo então não é a lógica do raciocínio, mas a imagem construída pelo interlocutor de si mesmo, o que pode tornar mais eficaz.

Com relação à forma *então*, Risso (1996) considera que a forma *então* assume, dentre outras possibilidades, a função de conector frasal, criando uma relação coesiva entre partes do texto, com função de operador argumentativo que expressa uma relação lógico-semântica de decorrência, conclusão ou resultado, enfim, de implicatividade, como em (6):

- (6) Buda já dizia isso já dizia isso também...**então** isso não é novidade para ninguém não é verdade? (RISSO, 1996: 85)

Observa-se no exemplo uma relação argumentativa, com uma conclusão a partir de dois atos de fala anteriores: “Buda já dizia isso também” (explícito) e “Todos conhecem a afirmação de Buda” (implícito), os quais sustentam a argumentação conclusiva “isso não é

novidade pra ninguém”. Assim, para a autora, a forma *então* tem uma função retroativa-propulsora, ao apontar para ao que foi dito e ainda impulsionar a continuação do discurso.

Pezatti (2001) afirma que a forma *então*, em uso conclusivo, apresenta um valor de conclusão por inferência, sem noção temporal presente, como se vê em (7):

- (7) hoje em dia se você depois passou uma época que você ia ao cinema tinha que ficar de pé numa fila e NORme...não é? **então** não era divertimento aquilo...era::eu acho que era nem divertimento ((ruídos)) passava porque a pessoa ficava cansada de ficar em fila adquirir ingresso ficava na fila de ingresso (DID-SP-234:582)

Há ainda a conclusão de Moraes (2008), que, em uma perspectiva cognitivista, aponta a importância de elementos como *então* e *portanto* e para o processamento cognitivo, uma vez que, quando presentes entre porções textuais, dão maior visibilidade à relação discursiva entendida pelo locutor, o que implicaria redução do esforço de processamento cognitivo. Isto mostra a relevância de um estudo que considere os casos de codificação gramatical na língua, sem considerar, obviamente, que a não-codificação gramatical caracterize um problema no funcionamento linguístico.

Nota-se assim que há um consenso entre os autores pesquisados de que a conclusão é obtida por meio de inferências, e não por raciocínio lógico em sentido estrito.

Na pesquisa em apresentação, serão consideradas as construções que, por meio das conjunções *então* e *portanto* estabelecem uma relação de conclusão entre um ideia P e uma ideia Q, criada por meio de um processo cognitivo de inferência. Mackenzie (no prelo) considera a inferência um tipo de conhecimento que tem papel importante nos processos cognitivos de uso da linguagem, mas salienta que não é um processo linguístico, e sim uma parte da cognição generalizada, portanto, não passível de análise no modelo de gramática com os quatro componentes linguísticos propostos pela GDF:

All other kinds of memory – procedural memory for how to do things, including speaking and understanding, semantic or encyclopaedic memory for factual information or episodic memory for experiences – are not specifically linguistic and thus should not be modelled within the four components of FDG. Interpretation, in the sense of the derivation of a personal meaning from the result of decoding and reconstruction, involves an interaction between linguistic and non-linguistic information and thus also is a process that lies beyond the model. Inference, finally, is a fundamental process within interpretation but it, too, is a more general cognitive ability: we can infer not just from words but also from gestures, facial expressions and even states of the world.(MACKENZIE, no prelo)

Esse processo pode acontecer, como elencado pelo autor, por meio de gestos, expressões faciais, eventos, etc. Esta investigação entende a inferência como uma habilidade cognitiva necessária para a interpretação de uma relação conclusiva, mas não pretende abordar o processamento cognitivo dessa relação. Focalizam-se aqui os aspectos gramaticais que permitem o relacionamento entre ideias que se estabelecem em uma conclusão, no sentido que a GDF propõe, ou seja, pretende-se verificar como a relação conclusiva é implementada dinamicamente na formulação e na codificação.

Uma conclusão ocorre entre uma ideia P e uma ideia Q, sendo que a relação entre as duas é perceptível por meio de inferências. Essa relação entre P e Q pode ser apresentada pelo próprio Falante, como em (8), ou pelo outro Participante<sup>4</sup>, como em (9):

- (8) A ah, eu não sei. não, eu na[...], pronto, *a mulher evidentemente está sempre com medo de perder o seu homem, não é,*  
 B hum, hum.  
 A e **então** também não o, não o, não, não *lhe interessa muito estar a embonecá-lo, não é,* talvez com m[...], com, com m[...], com medo, enfim, mas penso que não. eu acho que, que isso já não tem razão de ser nos nos[...], no nosso tempo. acho que não. (PT96:BomSensoRosto)
- (9) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou  
 B hum, hum.  
 A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.  
 - pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,  
 B pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...  
 A e achas que as pessoas nas freguesias vêem, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?  
 B ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo suponho que  
 hum, hum.  
 A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?  
 B pois! porque as pessoas não percebem  
 A sim, sim.  
 B depois, não é,  
 A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não é,  
 B algumas...  
 A precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...  
 B a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,  
 A ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...  
 B hum, hum.  
 A é, é...  
 B **portanto** digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater

<sup>4</sup> A GDF considera como Participantes o Falante e o Ouvinte. Na proposta de Mackenzie (no prelo), o autor utiliza os termos Participante A e Participante B para situações dialógicas, nomenclatura adotada neste trabalho. Para analisar as ocorrências dialógicas, em que há dois Falantes interagindo, recorreremos a esse texto, em que o autor apresenta uma expansão da GDF que, na sua concepção, não fere os fundamentos da teoria. O autor reconhece que a apresentação original não abrange situações de diálogo, mas muitos detalhes revelam a perspectiva interacional, como a nomenclatura “Nível Interpessoal”, a alternância de Movimentos de iniciação e reação, as funções de Falante e Ouvinte, etc.

A ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem, nem ser nada de... (PT96:MeioPequeno)

Em casos como (8), o que está em jogo é uma construção em que o Falante utiliza determinadas estratégias para levar o Ouvinte a concluir Q, como uma narração, uma descrição, uma proposição, etc. Nesse caso, A apresenta uma proposição [a mulher tem medo de perder seu homem] e desse pensamento retira uma conclusão [portanto, não interessa embonecar o marido], em uma estrutura  $P \rightarrow Q$ . Por outro lado, em contextos como (12), o Participante B, a partir das ideias apresentadas por A, realiza uma inferência e assim conclui Q. Ocorre que A apresenta ideias que são consideradas por B como encaminhadoras de uma conclusão, o que pode ser considerado como válido por A, e então os Participantes assumem a conclusão como válida e continuam o processo de interação de forma integrada, revelando a afinidade entre os discursos. Em (9), toda a descrição feita por A leva B a concluir que [*aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater*], sendo que, na sequência, A concorda com a conclusão [*absolutamente! acho que sim*].

Assim, a conclusão mostra claramente como a interação é um fenômeno efetivamente colocado em prática pelos Falantes, a ponto de o Falante B compreender a fala de A como oferecendo ideias para que se chegue a uma conclusão.

Com base nessas discussões, caracterizaremos a relação conclusiva, a partir dos pressupostos teóricos da GDF, a qual apresentamos, resumidamente, a seguir.

## 2. Base teórica da GDF

A Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld & Mackenzie, 2008) é um modelo de análise linguística com um arcabouço teórico que pretende permitir uma descrição sistemática do maior número possível de línguas humanas. Em resumo, é um modelo que se detém especificamente sobre a gramática de uma língua, mas que considera o discurso como unidade de interação, ao invés da sentença apenas, e, além disso, propõe a interação do componente gramatical com o contexto informacional e situacional de produção do texto.

Um pressuposto da teoria é a separação entre Formulação e Codificação na produção linguística. No primeiro processo, o foco é a especificação de configurações pragmáticas (denominadas interpessoais) e semânticas (denominadas representacionais), enquanto, no segundo, observam-se as configurações morfossintáticas e fonológicas que as configurações pragmáticas e semânticas acarretam em uma língua. A Formulação converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, enquanto a Codificação transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico, configurando uma expressão linguística. Este sequenciamento de ações linguísticas reflete a ordem das atividades estratégicas colocadas em prática pelo falante, porém, como alerta Mackenzie (no prelo), o objetivo da teoria é a descrição das relações entre as camadas, níveis e componentes, e não a representação do processo de produção linguística em tempo real.

Essas relações de formulação e codificação, para a GDF, encontram-se estruturadas em níveis que são representados hierarquicamente em organização descendente, que vai do discurso para a forma das expressões linguísticas, sendo que a pragmática governa

a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e, por fim, a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

Os autores propõem quatro níveis de análise: Nível Interpessoal (NI), Nível Representacional (NR), Nível Morfossintático (NM) e Nível Fonológico (NF). O NI diz respeito à interação entre falante e ouvinte; o NR está relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas; o NM toma como unidade de análise a composição sintática dos elementos linguísticos; o NF trata das representações fonológicas dos constituintes. Em cada nível há os recursos gramaticais que estão disponíveis em cada língua para se fazerem as distinções interpessoais, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, e é este componente gramatical o foco da GDF: uma teoria da gramática das línguas, e não sobre o discurso, como salientam os autores.

Os níveis também são hierarquicamente estruturados em camadas de vários tipos, sendo que a primeira camada, mais alta, contém a segunda e assim sucessivamente. No NI, tem-se a seguinte sequência hierárquica: Movimento, Ato Discursivo, Ilocução, Falante, Ouvinte, Conteúdo Comunicado, Subatos de Atribuição e de Referência. No NR, tem-se Conteúdo Proposicional, Episódios, Estado-de-coisas e Propriedade. No NM, há Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra; por fim, no NF, o Enunciado Fonológico, a Frase Entonacional, a Frase Fonológica, a Palavra Fonológica, o Pé e a Sílabas.<sup>5</sup>

Hierarquicamente, o Movimento é a camada mais alta nesse nível, e tem por objetivo impulsionar a comunicação em termos de objetivos conversacionais (Kroon, 1995, p. 65). É nessa camada que ocorre o Ato Discursivo, definido como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo. Cada Ato discursivo contém uma Ilocução que especifica uma determinada relação entre seus Participantes (Falante e Ouvinte) e Conteúdo Comunicado. O Movimento é uma contribuição autônoma do Falante para uma interação contínua, visando alcançar uma meta conversacional. Corresponde a um Enunciado (U) no Nível Fonológico. Já o Ato Discursivo, a unidade de análise da GDF, caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional. No Nível Fonológico, corresponde à Frase Entonacional (IP). Para a GDF, o final dessas duas unidades é marcado por meios prosódicos, como a pausa, que não é um elemento da gramática, mas é indiretamente afetada pela gramática. Internamente, têm suas delimitações asseguradas fonologicamente por operadores de subida (r) e de queda (f). Estas duas unidades linguísticas são fundamentais para compreensão da relação conclusiva.

Saliente-se que, em função do objetivo desta pesquisa, qual seja o de caracterizar o mais exaustivamente a relação conclusiva codificada pelas formas *então* e *portanto*, a análise abarca o Componente Gramatical, nos quatro níveis propostos, e ainda alguns aspectos do Componente de Saída, restritos aos elementos que auxiliam funcionalmente a delimitação deste fenômeno linguístico. Para apresentação deste trabalho, vamos nos ater a uma explicação mais detalhada dos Níveis presentes na Formulação, o Interpessoal e o Representacional, pois parecem ser os necessários para fornecer explicações iniciais sobre o

---

<sup>5</sup> Os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, tornando possível subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes introduzidas no discurso em cada um desses níveis. O Componente Contextual alimenta as operações de Formulação e Codificação, uma vez que disponibiliza antecedentes, referentes visíveis, e participantes do ato de fala que podem de alguma forma influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o Ouvinte precisa reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no componente de produção real da gramática, isto é, no enunciado fonético. Já o Componente Conceitual não faz parte da gramática, mas é a força motriz que está por trás do componente gramatical.



objeto em estudo, e ainda um dos Níveis da Codificação, o Nível Fonológico, em que estas relações estão refletidas, juntamente com alguns aspectos fonéticos, pertencentes ao Componente de Saída. A codificação morfológica não constitui foco neste recorte da pesquisa, devido ao andamento da pesquisa, que se encontra em elaboração.

O NI, como já dito, considera o papel da interação na relação entre Falante e Ouvinte. Neste Nível, para este trabalho, cabe aprofundar o estudo de duas unidades linguísticas: Movimento e Ato Discursivo.

O Movimento é uma unidade de caráter interpessoal que pode ser definida como “uma contribuição autônoma para uma interação contínua” (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 50), cuja propriedade principal é possibilitar uma reação do destinatário do ato de fala, que assim produz outro Movimento, e assim sucessivamente. O Ato Discursivo, contrariamente, não impulsiona a comunicação; ele é um constituinte do Movimento, sendo a menor unidade do comportamento comunicativo.

Hengeveld e Mackenzie (2008) consideram complexa a tarefa de definir um Movimento e recorrem ao Nível Fonológico para apontar a entonação como um dos fatores delimitadores, considerando que corresponde a um Enunciado Fonológico. A quebra entonacional nas fronteiras de um Movimento é identificada com a noção de *paratones* (BROWN e YULE, 1983, p 101, *apud* HENGEVELD e MACKENZIE, 2008); além de constituírem unidades estruturais do discurso falado relacionadas topicalmente, são caracterizadas fonologicamente por possuírem tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo extra na sílaba tônica final, comumente seguida por uma pausa significativa (THOMPSON, 1994:65-6, *apud* HENGEVELD e MACKENZIE, 2008). Na escrita, segundo os autores, corresponderiam a um parágrafo.

Os autores da GDF afirmam que, dentre as camadas do Nível Fonológico, as três mais altas (Enunciado Fonológico (U), Frase Entoacional (IP) e Frase Fonológica (PP)) seriam as que mais interessariam para a teoria, visto que refletiriam mais fortemente os processos linguísticos vindos dos Níveis Interpessoal e Representacional, e, dentro destes, das camadas mais altas.

A Frase Entoacional (IP) corresponde, normalmente, ao Ato Discursivo, que é a unidade de análise da GDF. Geralmente, há uma relação entre Movimento e Enunciado e, por outro lado, entre Ato e Frase Entoacional, cf. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 432), em (21):

(10) That's a nice cat. Is it yours?

Há aqui dois Atos [That's a nice cat.] e [Is it yours?], cada qual com sua Ilocução (o primeiro, Declarativo, e o segundo, Interrogativo), que formam um Movimento no Nível Interpessoal; no Nível Fonológico, correspondem a duas Frases Entoacionais, as quais, por sua vez, formam o Enunciado Fonológico, que é correspondente ao Movimento.

A caracterização da camada da Frase Entoacional pode ser feita interna e externamente. Internamente, contém um núcleo, ou seja, um acento localizado em uma ou mais sílabas; externamente, separa-se de outra Frase Entoacional por meio de pausas menores do que as que separam Enunciados. Cada Frase é sistematicamente reconhecida por contornos globalmente definidos pelos operadores deste Nível: operador de queda (f) ou subida (r). Na maioria das línguas, há uma correlação entre os operadores do Nível Fonológico e a Ilocução, no Nível Interpessoal. Por exemplo, o movimento de queda se relaciona às Ilocuções Declarativa e Imperativa, enquanto a subida caracteriza a Ilocução Interrogativa (Hengeveld & Mackenzie, 2008, p. 434). Se retomado o exemplo de (21), com acréscimo da formalização, tem-se a demonstração desses movimentos entoacionais, em que cada Ato tem Ilocuções

diferentes, sendo o primeiro, com operador de queda (f), por se tratar de Ilocução Declarativa, e o segundo, com operador de subida (r), por ser Ilocução Interrogativa:

- (11) That's a nice cat. Is it yours?  
 (A<sub>1</sub> [(F<sub>1: Decl</sub> F<sub>1</sub>)] A<sub>1</sub>) (A<sub>2</sub> [(F<sub>1: Int</sub> F<sub>1</sub>)] A<sub>2</sub>)  
 ((U<sub>i</sub> [(fIP<sub>i</sub>: That's a nice cat (IP<sub>i</sub>)) (rIP<sub>j</sub>): Is it yours (IP<sub>j</sub> )]) (U<sub>1</sub>))

Esses operadores também podem mostrar as relações de dependência entre Atos Discursivos, como mostra o exemplo de Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 437):

- (12) If you're unsure, call me.  
 (A<sub>1</sub> [(F<sub>1: Decl</sub> F<sub>1</sub>)] A<sub>1</sub>) (A<sub>2</sub> [(F<sub>1: Imp</sub> F<sub>1</sub>)] A<sub>2</sub>)  
 ((U<sub>i</sub> [(rIP<sub>i</sub>: If you're unsure (IP<sub>i</sub>)) (fIP<sub>j</sub>): call me (IP<sub>j</sub> )]) (U<sub>1</sub>))

No primeiro Ato [If you're unsure], correspondente a uma Frase Entonacional, há um contorno global de subida, apesar de não ser Ilocução Interrogativa, sendo assim um reflexo do Nível Interpessoal, que acena para o fato de que outro Ato será produzido a seguir, em uma relação de dependência do primeiro; no segundo Ato [call me], ocorre um operador de queda, mostrando o encerramento deste Ato e demilitando também o fim do Enunciado composto pelas duas Frases Entonacionais.

Dessa forma, como pressuposto teórico, os Níveis de análise são independentes, no entanto, pode haver uma relação entre eles, já que processos de formulação estão refletidos na codificação.

### 3.1 A relação conclusiva: características pragmáticas, semânticas e fonológicas

A análise dos dados levou a concluir que a relação conclusiva pode ocorrer em diferentes Níveis e camadas: no Interpessoal, entre Movimentos, e no Representacional, entre Conteúdos Proposicionais.

A ocorrência a seguir exemplifica a relação entre Movimentos:

- (13) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?  
 B acha bem essa maneira  
 A não!  
 B dos filhos se dirigirem aos pais?  
 A não. e tratá-los por tu, ainda menos! *esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.*  
 B **portanto** acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?  
 A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)

Em (13), *portanto* inicia um Movimento de B em relação ao que foi dito por A, usado por B para introduzir uma unidade interpessoal, com função discursiva de apresentar uma conclusão relacionada ao Movimento de A. Ao encontrar marcas de fechamento do Movimento, como repetição de itens que mostram o ralentamento do tema (*não gosto*) e pausa longa, B inicia um Movimento, com o qual indica a conclusão a que chegou por meio da fala de A. A figura a seguir mostra como o Movimento anterior foi encerrado por A, fato

perceptível pela produção de uma pausa longa, com duração de mais de um segundo, o que abriu espaço para a produção de um novo Movimento por B.

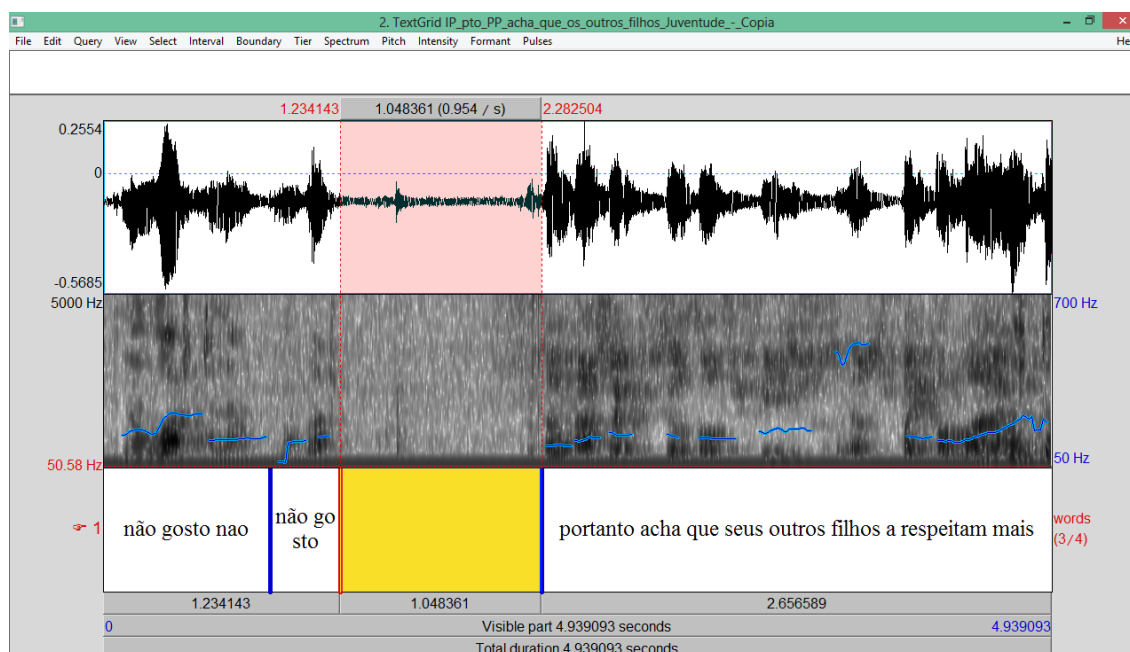


Figura 2. Limites de Movimentos de A e B

Assim, ao final do Movimento iniciado por A, há um Movimento realizado por B que tem a função de concluir algo a respeito do que disse A, o que pode ser representado como  $M_1 + M_2\Phi$ , em que  $\Phi$  é a Função Conclusão.

Neste caso, a Função Conclusão ocorre no Nível Interpessoal, ligada ao processo de interação entre os Falantes. O  $M_1$  é primeiramente expresso e, na sequência, inicia-se o  $M_2$ , respaldado no Movimento anterior. É, portanto, uma relação que ocorre no Nível Interpessoal, pois diz respeito a propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital. A fala de A levaria B a concluir Y. As ocorrências permitem verificar que essas construções impulsionam o discurso para frente e contribuem para a relação interpessoal, o que as identifica como Movimentos, constituídos por um ou mais Ato Discursivos.

Dessa forma, no Nível Interpessoal, a Conclusão ocorre entre dois Movimentos, sendo que há uma relação de dependência entre eles: o  $M_2$  é produzido em função de uma inferência a partir do  $M_1$ . A Conclusão indica essa relação entre os Movimentos por meio de conjunções lexicais, sendo que o segundo Movimento introduz a conclusão obtida.

Já em (15), o Ato Discursivo que contém a conclusão não está em um novo Movimento, mas se liga a outro Ato dentro do mesmo Movimento. O Ato que contém a conjunção está na camada do Conteúdo Proposicional, no Nível Representacional, que segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 144), são construtos mentais que se caracterizam por poderem ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência).

- (15) A e isso verifica-se aqui, por exemplo, no Porto, eu tenho alunos que... são capazes no segundo período de estar chumbados a quase todas as disciplinas, vão para o colégio, na, matriculam-se portanto na Páscoa no colégio, passam e regressam às,

- ao liceu à, que não é liceu, não se chama liceu
- B pois.
- A curso qualquer e, e realmente vão ocupando as vagas que os outros mereciam.  
B portanto isso leva-nos a um problema interessante, que é o problema da avaliação, que deveria ser, se calhar, de âmbito nacional, e não...
- B eu acho, mas, mas o problema é que, dá-me, o facto de ser de âmbito nacional, quem é que corrige?
- A equipas nomeadas
- B pois, não sei. porque também o facto do teste ser nacional não significa que depois eles sejam avaliados da mesma maneira.
- A pois. antigamente como é que se procedia, no caso dos colégios? iam fazer aos liceus, os exames, não é,
- B iam, iam.
- A *mas mesmo assim, como a classificação - que eu acho correcto que a classificação final entra com a média das frequências.*
- B *claro.*
- A *mas a frequência, essa nota da frequência é dada p[...], na então, no sítio onde eles frequentaram. **portanto** automaticamente está viciada.*
- B pois está. (PT95:VidaEstudante)

Em (15), o Falante, a partir de um Estado-de Coisas (essa nota ser dada no sítio que frequentam) realiza um julgamento e conclui que *está viciada*. Esta conclusão constitui, nos termos de Hengeveld & Mackenzie (2008), um Conteúdo Proposicional, uma vez que expressa uma avaliação motivada pelo Estado-de-Coisas precedente. Aqui a relação estabelecida não ocorre no Nível Interpessoal, mas sim no Nível Representacional, ou seja, não é a produção do Movimento que leva à conclusão, mas sim a relação que se estabelece entre um Estado-de-Coisas e um Conteúdo Proposicional. É a partir do fato de que *a nota é dada no sítio* que o Falante avalia inferencialmente que a avaliação *está viciada*, e não por ter enunciado o Ato Discursivo anterior. As orações correspondem, no Nível Interpessoal, a Atos, mas a relação ocorre não em função de sua produção, mas de relações semânticas que o Falante estabelece com base em um Estado-de-Coisas, a partir do qual faz uma conclusão por meio de uma inferência.

Nesses casos, a relação, ainda que se configure em dois Atos, ocorre no Nível Representacional, entre dois Conteúdos Proposicionais. Morfossintaticamente, essa relação está em uma Expressão Linguística composta por duas orações, que formam uma única unidade, sendo que a primeira oração é independente, mas a conclusão é dependente, configurando um caso de cossubordinação, hipótese que será ainda explanada em trabalho posterior. Nos casos em que a conclusão se realiza no Nível Interpessoal, a função Conclusão constitui um Movimento dependente do Movimento anterior, não do ponto de vista morfossintático, mas pragmático. Seriam assim dois Movimentos que se relacionam, sendo o Movimento que contém a conclusão dependente do primeiro Movimento. Essa discussão, ainda incipiente, não é foco no momento.

Em resumo, há duas estruturas em que a conclusão pode se realizar:  $M_1 + M_2\Phi$  e  $P_1 + P_2\Phi$ , cada uma com características específicas que passamos a descrever<sup>6</sup>.

### 3.3 A relação conclusiva no Nível Fonológico

<sup>6</sup> No corpus em análise, as construções com Movimentos ocorreram sempre em situação dialógica. Todavia, nada impede que o próprio Falante faça um Movimento com uma conclusão.

A relação conclusiva se manifesta no Nível Fonológico de duas formas: entre Frases Entoacionais e entre Enunciados Fonológicos.

Entre Frases Entoacionais, ao comporem um Enunciado, na fronteira entre elas não há mudanças bruscas nem na tessitura nem na Frequência Fundamental, mas um operador de subida global, expressando continuidade, como mostram a ocorrência que contém um trecho de (15) e as respectivas imagens acústicas (obtidas pela aplicação do software Praat) na figura (3):

- (15) A mas mesmo assim, como a classificação - que eu acho correcto que a classificação final entra com a média das frequências.  
 B *mas a frequência, essa nota da frequência é dada p[...], na então, no sítio onde eles frequentaram. **portanto** automaticamente está viciada.*  
 A pois está. (PT95:VidaEstudante)

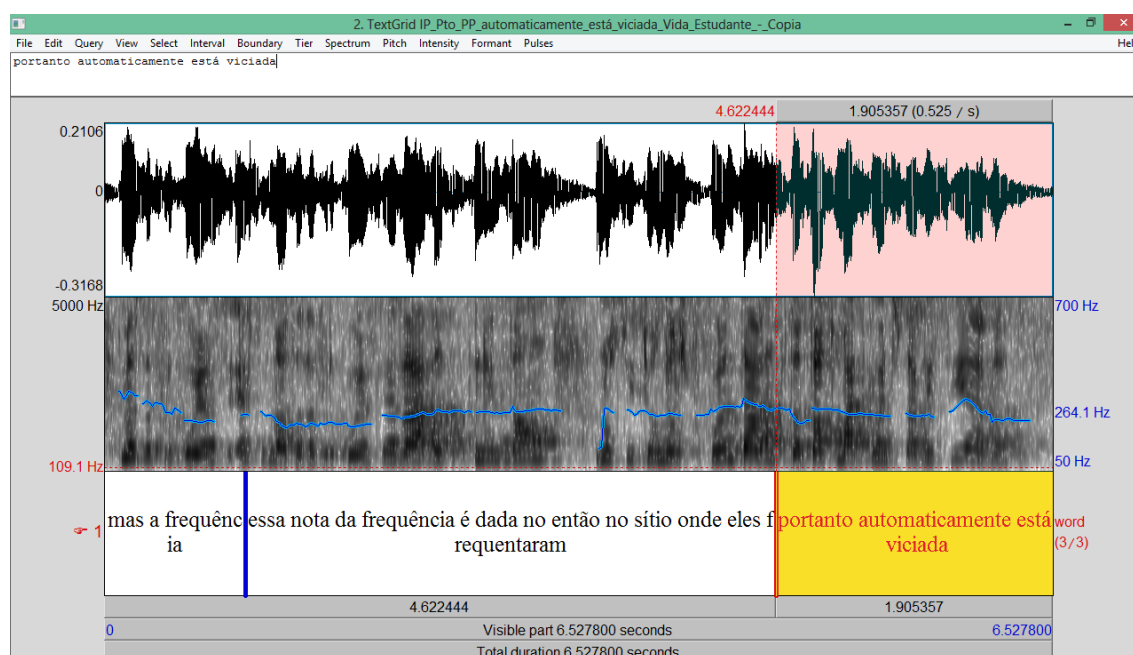


Figura 3. Frase Entoacional com *portanto*

Em (15), entre as duas Frases Entoacionais, [essa nota da frequência é dada p[...], na então no sítio onde eles frequentaram ] e [**portanto** automaticamente está viciada], não há uma mudança brusca no limite entre as IPs, como mostra a figura, mas uma fronteira com tom de continuidade que indica o final do contorno na primeira IP. Apenas no começo e o final do Enunciado há delimitações mais fortes, marcados por pausas longas. As duas Frases encontram-se bastante integradas fonologicamente.

Já entre Enunciados, a unidade com a conjunção apresenta fronteiras precedentes bem definidas, delimitadas por pausa longa e contorno final descendente, expressando fechamento, como mostram o exemplo em (16) e a figura (4). Percebe-se nitidamente que a unidade que contém *portanto* forma um Enunciado Fonológico, demarcado por pausas longas e operador de queda global:

- (16) A portanto, o Camilo, para mim é um ho[...], um ser falhado, na parte do lar. é um grande homem na parte das letras, porque deu vida a muitas novelas, a muitos contos, a muitas histórias que andavam por aí, eh, apagadas, aqui no Minho, e não

só, mas aqui sobretudo, na parte... minhota, e ele deu-lhe vida. com personagens, avivou, impregnou certos movimentos que a literatura alcançou outro tom que enriquece o património nacional das letras, suponho eu.

B hum, hum. *portanto* quer dizer o senhor Avelino então que acha que Camilo não inventou o que escreveu! (PT97:AmoresCamilo)

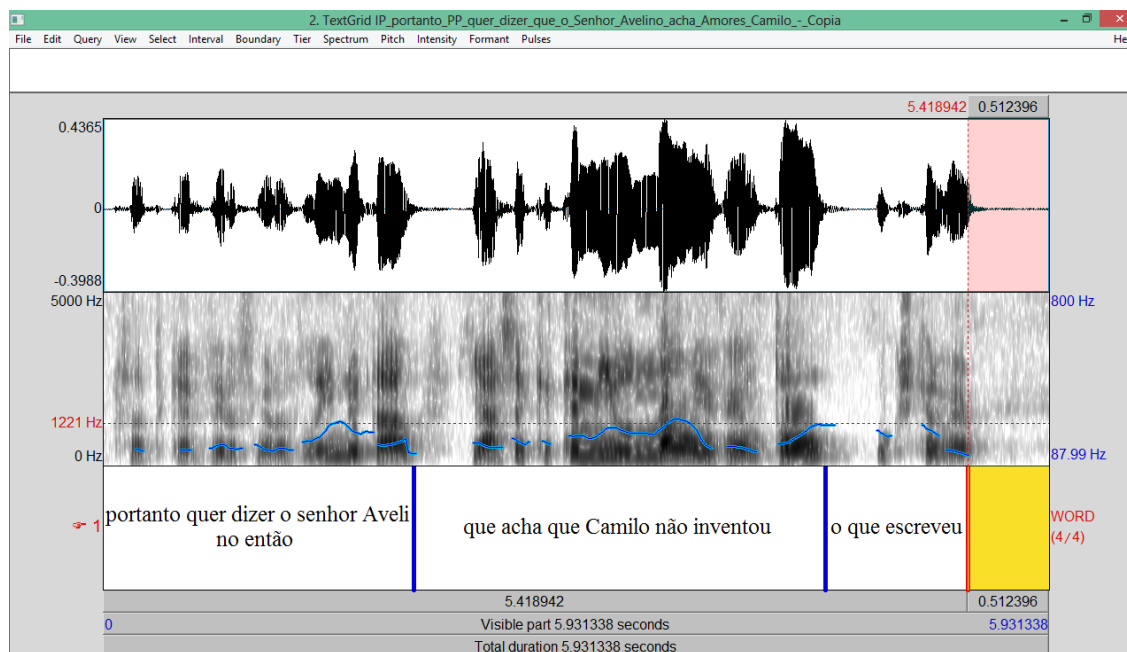


Figura 4. Enunciado conclusivo: U e respectivas IPs

Aqui não há uma IP que se liga a outra IP, mas uma unidade que forma um Enunciado claramente demilitado. O trecho que contém a conclusão [**portanto** quer dizer o senhor Avelino então que acha que Camilo não inventou o que escreveu] tem um contorno entoacional marcado por pausas longas antecedentes e precedentes, além de tom global de queda brusca ao final do enunciado como um todo. Por se tratar de um novo Movimento produzido pelo outro Falante, poderia ser argumentado que este seja o motivo para essa caracterização, porém aqui o Falante poderia primeiramente ter inserido um primeiro Ato para depois inserir a conclusão, o que não é o caso, mostrando assim a pertinência da análise.

Em síntese, percebe-se que a conjunção marca o início da unidade prosódica, nos dois casos, mas ora corresponde a um Ato que inicia uma Frase Entoacional, ora corresponde a um Ato que inicia um Enunciado. Assim, no Nível Fonológico, a articulação pode ocorrer entre Enunciados Fonológicos e entre Frases Entonacionais.

Como já dito, para a GDF, o Componente de Saída traduz a informação digital (em número limitado, definida de forma opositiva) em forma analógica (em quantidade variável). A teoria propõe que as estruturas nos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são traduzidas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico, as quais, por sua vez, são traduzidas foneticamente no Componente de Saída em frequência dos formantes, intensidade, duração e características espectrais. Um fato fonético de duração é a pausa que delimita Enunciados e Frases Entoacionais.

Cruttenden (1986) considera que a pausa é um fenômeno do sistema linguístico que pode instaurar significação, ao apontar os limites de um constituinte em uma unidade discursiva. Funciona, dessa forma, como pista daquilo que o Falante pretenda que se compreenda, como, por exemplo, a junção ou separação entre constituintes. Cagliari (1993)

confirma que a pausa é um elemento prosódico que, como outros, sinaliza como os interlocutores devem interpretar como o outro diz, daí sua importância no sistema linguístico. O autor acrescenta que, ao produzir determinadas pausas e determinados tons de fronteira, o falante constrói um grupo entonacional como uma ordem significativa no seu dizer, com pistas do que pretende que seu ouvinte compreenda. Conclui-se assim que a organização prosódica dos constituintes revela que o uso de fenômenos acústicos reflete intenções comunicativas, e não somente estruturas semânticas e morfossintáticas.

Segundo Tenani (2001), a pausa é delimitadora de Enunciados e Frases Entonacionais, porém não necessariamente. Segundo a autora, quando não se tem a pausa entre as Frases Entonacionais, por exemplo, a delimitação pode se realizar por meio da mudança de tessitura ou ainda pela queda ou subida brusca e profunda da Frequência Fundamental em relação à linha de base da altura utilizada pelo falante. Dessa forma, estas duas possibilidades prosódicas podem demarcar as unidades linguísticas. Transpondo para a GDF, a pausa ou a variação de tessitura podem indicar a fronteira entre as Frases, e assim delimitar fonologicamente Atos Discursivos, cada qual com própria força ilocucionária.

Vários podem ser os correlatos indicativos de fronteira prosódica, como o alongamento silábico pré-fronteira, o movimento tonal e a pausa, a depender da língua em análise (Nespor & Vogel 1986; Frota 2000; Tenani 2002). Cooper & Paccia-Cooper (1980), considerando a escala prosódica de Nespor e Vogel (1986), afirmam que, quanto mais alto o constituinte numa dada hierarquia, mais robustas serão as pistas que delimitam as suas fronteiras.

É o que se pode verificar na relação conclusiva: quando a relação se realiza no NI, mais fenômenos ocorrerão nas fronteiras dos constituintes (pausa longa, alongamento de sílabas, mudança brusca na tessitura), enquanto, na relação que ocorre no NR, os fenômenos ocorrem em menor escala (pausa curta, mudança suave na tessitura). Dessa forma, a codificação fonológica é responsável por marcar prosodicamente as fronteiras separadas entre os constituintes, exprimindo assim um reflexo da formulação.

Quando ocorre no Nível Representacional, o conjunto formado pelos dois Atos Discursivos apresenta-se fonologicamente com um Enunciado, com contorno entonacional com tom final de fronteira na última palavra da segunda Frase, seguido de pausa longa. Cada Ato tem seu contorno entonacional, sendo que a primeira IP termina com operador global de subida na fronteira e tom de continuidade, com mudança na tessitura ou pausa breve no final.

A respeito do contorno entonacional, Hannay e Kroon (2005, p.99) discutem a não correspondência exata entre Atos Discursivos e unidades sintáticas e propõem a relação entre Atos Discursivos e unidades prosódicas/ortográficas. Os autores concluem que há correspondência mais estreita entre estrutura prosódica/ortográfico e a estrutura do Ato do que entre a estrutura sintática e a estrutura do Ato.

Uma distinção interessante que os autores propõem é entre atos conceituais, que atuam como ideias ou como argumentos, e atos estratégicos, que são estratégias comunicativas, tipos diferentes de organização do discurso, correspondentes a dois módulos diferentes em modelos funcionalistas (Hannay & Kroon: 2005, p. 103).

Os Atos, vistos como estratégias usadas pelo Falante, podem ser planejados para atingir propósitos comunicativos. Segundo os autores, esse planejamento pode optar por apresentar uma ideia em uma etapa ou em por etapas, como em (24) e (25), marcadas as separações por meio prosódico ou pontuação. Os autores pretendem mostrar que não há isomorfia entre sintaxe e entonação, e assim afirma que, no discurso da língua inglesa, a organização estratégica do Ato é mais fortemente refletida no prosódico do que na estrutura sintática.

No *cópus* tomado para este estudo, o Falante apresenta a oração conclusiva em um Ato, como em (15), na maioria dos casos.

- (15) A mas mesmo assim, como a classificação - que eu acho correcto que a classificação final entra com a média das frequências.  
 B claro.  
 A *mas a frequência, essa nota da frequência é dada p[...], na então, no sítio onde eles frequentaram. portanto* automaticamente está viciada.  
 B pois está. (PT95:VidaEstudante)

Percebe-se que a IP que contém a conclusão corresponde, no Nível Interpessoal, a um único Ato, sendo que *portanto* faz parte do contorno entoacional da IP, sendo assim parte de um Ato Discursivo, com tom final de fronteira apenas no encerramento do Ato. Entre *portanto* e o elemento subsequente não há pausa nem alteração da Frequência Fundamental. A figura a seguir permite visualizar essas características.

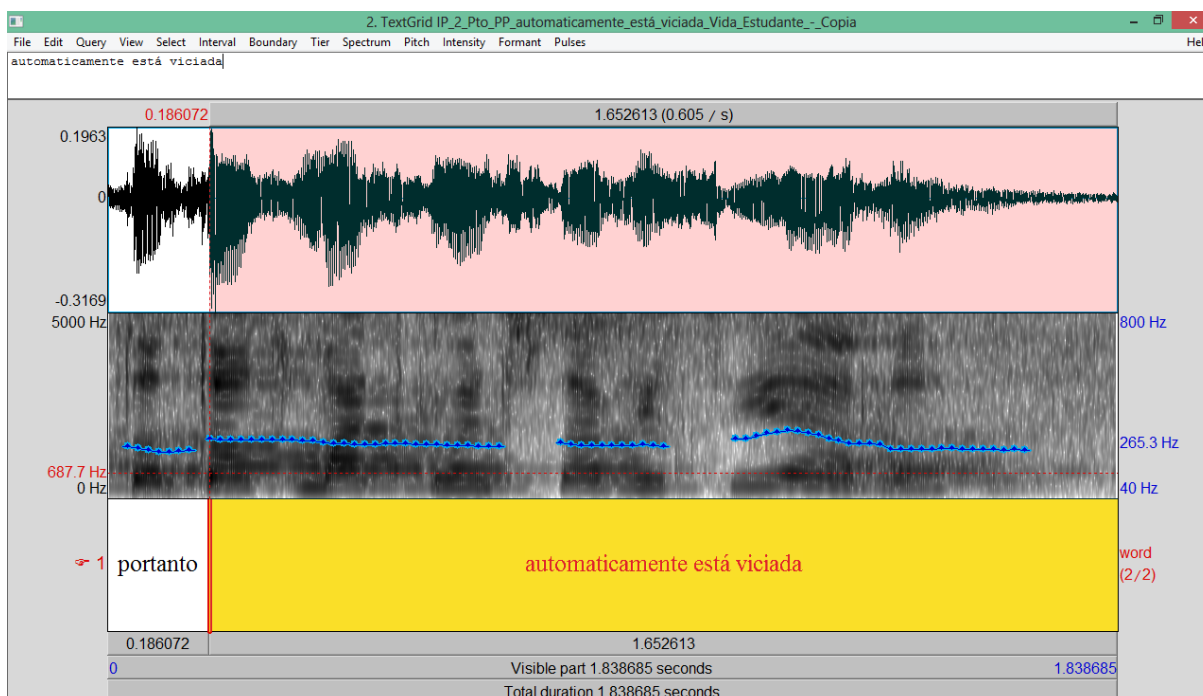


Figura 5. IP com Ato Discursivo iniciado por *portanto*

Sobretudo, a prova de que não há separação prosódica entre a conjunção e o elemento subsequente é que ocorre ditongação, permitido pela adjacência vocálica, o que indica a juntura entre os elementos adjacentes, sendo assim realizada foneticamente como [ptātu]. Em estudos do português europeu, Frota (2009) e Vigário (2010) afirmam que este tipo de fenômeno demonstra a formação dos constituintes de uma IP.

Essa seria a estrutura padrão do Ato que introduz a relação conclusiva. No entanto, foram encontradas no *cópus* ocorrências com configuração prosódica diferente, como em (16):

- (16) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles



ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.

B claro.

A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, *mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.*

B *exactamente.*

A **portanto**, *eles que não venham com essas desculpas.* agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. (PT97:DesportoDinheiro)

A estrutura que contém a relação conclusiva não é formada por apenas um Ato, mas sim por dois Atos, sendo que o primeiro é formado apenas pela conjunção, que tem seu próprio contorno entoacional e apresenta tons de fronteira de continuidade, com mudança de frequência fundamental. Sobretudo, esta IP é marcada por alongamento silábico, o que a torna extensa em relação a outra IP, apesar de ser constituída de uma única Palavra Fonológica, como mostram as figuras. Sobretudo, há que se destacar que a realização fonética sem qualquer redução indica, mais uma vez, esse destaque para a unidade linguística. Estes fatores são apontados por Selkirk (1984) como indícios fonéticos que marcam a fronteira final de uma IP (queda brusca e profunda de F0 em relação à linha de base da altura utilizada pelo falante, presença de pausas alongamento da sílaba ou de parte dela).

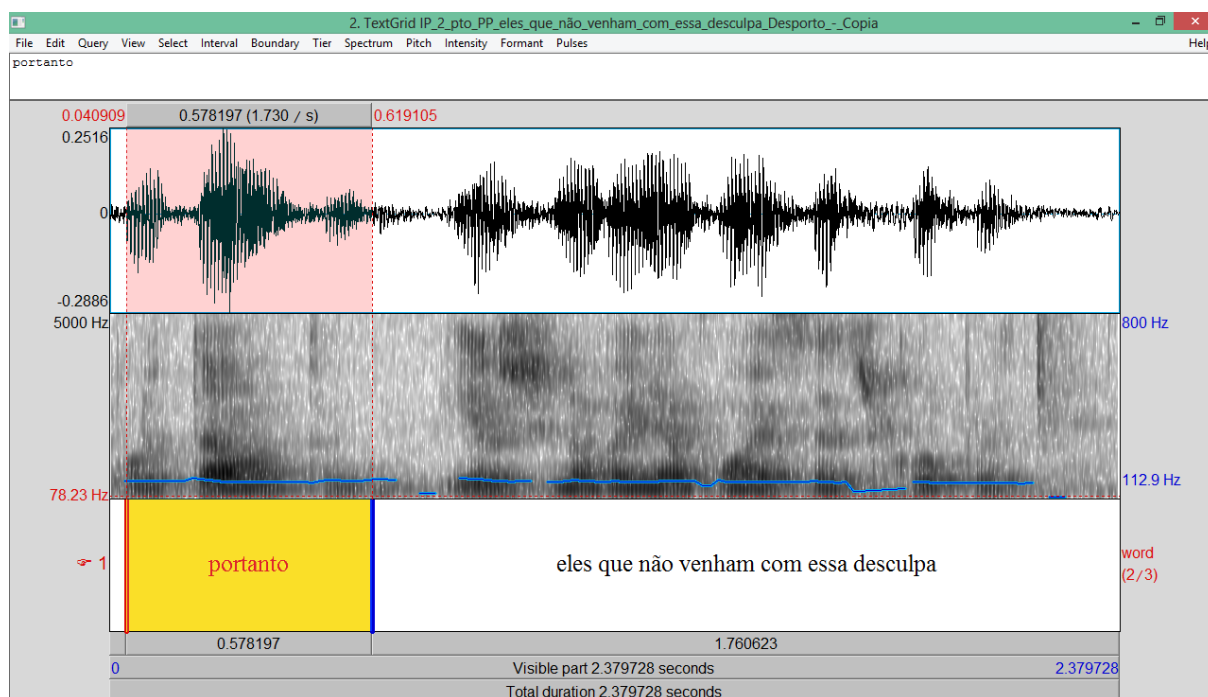
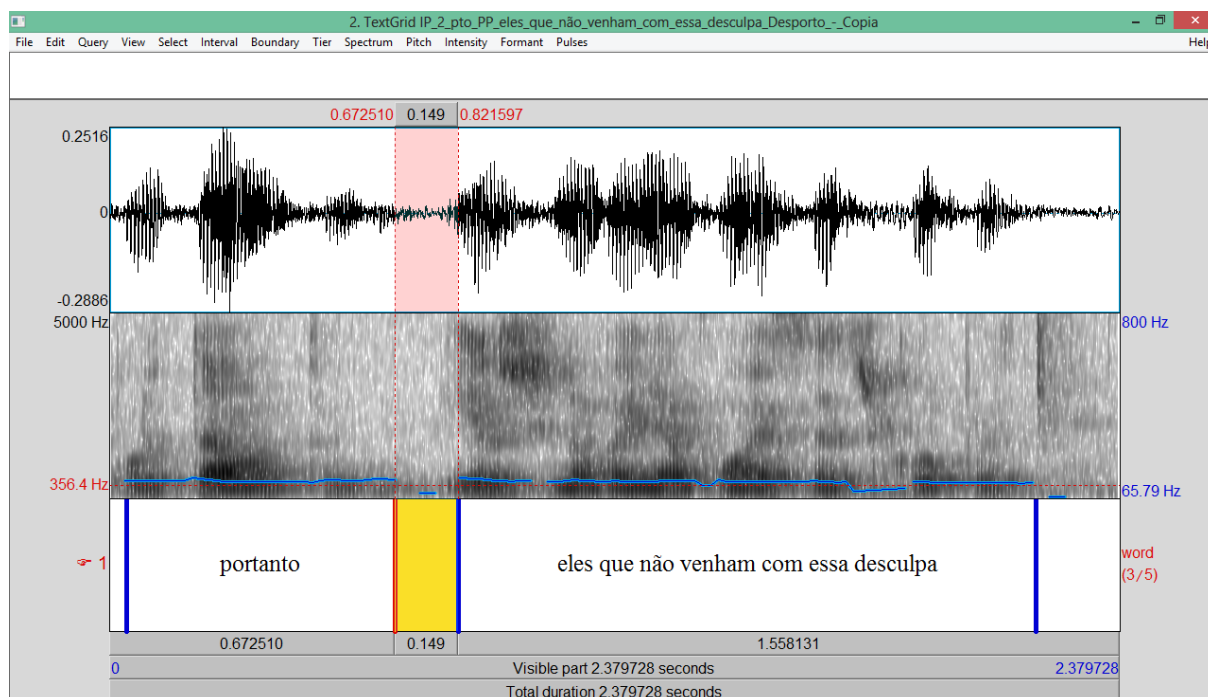
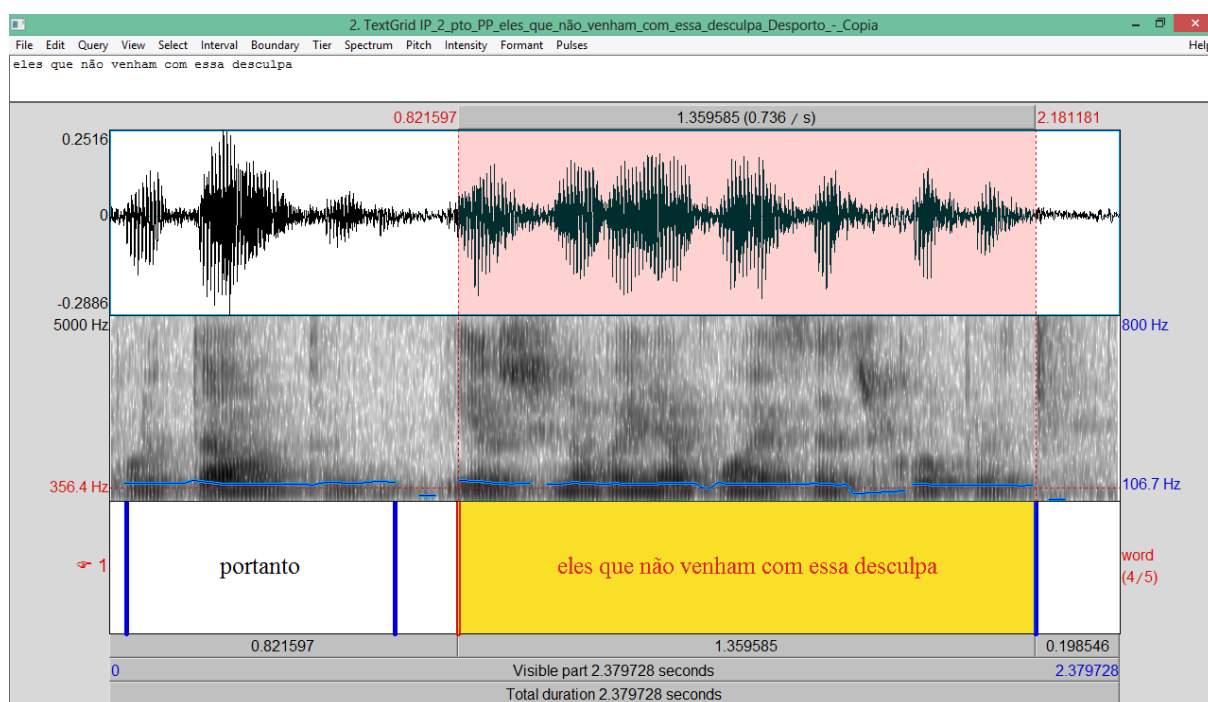


Figura 8. IP com *portanto*: duração das PPs

Figura 9. IP com *portanto*: duração das PPsFigura 9. IP com *portanto*: duração das PPs

Essa organização prosódica coloca a IP formada em destaque, tendo o mesmo estatuto da IP seguinte, que de fato apresenta a conclusão. Pragmaticamente, pode-se explicar esse fato pela intenção do Falante de dar a esse constituinte um papel específico: enfatizar claramente que irá fazer uma conclusão a partir do que disse anteriormente, de forma a chamar a atenção do ouvinte para o conteúdo que será declarado. Percebe-se assim a não-isomorfia entre Atos e Sintagma Entonacional. A codificação fonológica interpretará esse

estatuto dado à conjunção como uma instrução para dar um contorno entonacional próprio, possibilitando a produção de duas IPs: a que contém contém portanto/então, com contorno não-final, e a seguinte, com um contorno final.

Diversos autores, como Frotta (2000), consideram que que sintagmas longos tendem a ser divididos e IPs pequenas podem formar um domínio com outra IP adjacente (Frota 2000). Já (Frota & Vigário 2003: 172), assinalam que, além disso, uma velocidade de fala mais rápida não favorece a divisão. Por outro lado, fatores como a mudança de falantes ou interlocutores, pausa para respirar entre frases longas, ou qualquer outro tipo de pausa podem impedir que duas IPs formem um U, bloqueando assim a regra de formação de duas IPs em um U no ponto em que elas se encontram, formando então cada IP um Enunciado (Nespor & Vogel 1986: 192). Porém, tais explicações não se aplicam à formação da IP em análise.

Como o falante, neste caso, faz exatamente uma longa pausa antes do Ato [portanto], é possível que a relação se dê entre duas IPs [a produção de mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida] e [portanto] [ eles que não venham com essas desculpas] formando assim um Enunciado, e não dois Enunciados. A fala de B não chega a ser considerada um novo Movimento que interrompa o fluxo conversacional e leva A a iniciar um novo Movimento.

Hannay e Kroon (2005), a respeito de formação de unidades prosódicas admitem que uma unidade entoacional pode ser segmentada devido a fatores como extensão do constituinte, porém consideram que é uma decisão do Falante separar um Ato, independentemente de fatores fonológicos, e que a intenção do Falante seria mostrar o que está em foco no momento da produção do texto. Para eles, o Falante aciona um padrão entoacional que, organizando em duas estruturas, promovem um sentido diferente daquele apresentado em uma etapa, de forma integrada. Assim, o Falante intensifica a função da conjunção. Dessa forma, o elemento que fica separado prosodicamente ganha destaque em relação ao restante do enunciado, como que equiparando o elemento destacado com o seguinte, conseguindo assim atrair a atenção do ouvinte para o elemento específico e preparando-o para o que vem posteriormente.

Por fim, assim como o modelo prevê, após a Formulação, seja no NI ou no NR, há uma codificação, no caso do Nível Fonológico, com uma estrutura que prepara para o Componente de Saída. Neste caso, são duas estruturas separadas no Nível Interpessoal (dois Movimentos) e no Representacional (duas proposições) que são separadas também fonologicamente.

Nesse sentido, buscar a informação linguística presente na organização sonora do discurso e perceber seu papel auxilia na compreensão do funcionamento da linguagem, um objetivo comum aos estudos linguísticos.

#### **4. Considerações finais e encaminhamentos**

O texto em tela apresentou algumas hipóteses de análise da relação conclusiva:

- i) Há duas formas de organização discursiva dessa relação: no Nível Interpessoal e no Nível Representacional;
- ii) Há duas unidades linguísticas que podem relacionar a construção conclusiva: Movimentos e Conteúdos Proposicionais;

iii) A Codificação fonológica da relação conclusiva é reflexo da Formulação, seja pragmática ou semântica. O reflexo na camada do Enunciados é determinado pelo Nível Interpessoal, enquanto, na da Frase Entonacional, é determinado no Nível Semântico.

A GDF constitui um referencial teórico que permite uma análise adequada da relação conclusiva, ao propor que há diferentes níveis em que relações textuais podem ocorrer.

### Referências bibliográficas

- CAGLIARI, L. C. “Da importância prosódica de fatos gramaticais”. In: ILARI, R (org.). *Gramática do português falado*. Vol. II: Níveis de análise linguística. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- CRUTTENDEN, A. *Intonation*. London: Cambridge University Press, 1986.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DUCROT, O. “Argumentação retórica e argumentação linguística”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.
- FROTA, S & VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Rui V. Castro e Pilar Barbosa (eds.), Vol. 1, 533-555, Coimbra: APL, 2000.
- HANNAY, M.; KROON. C. “Acts and the relationship between discourse and grammar”. *Functions of Language* 12 (1): 87–124, 2005.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford, 2008.
- LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G; NOVAES, N.B. “As construções com ‘portanto’ no português brasileiro e europeu”. *Scripta*. Belo Horizonte: PUC-MG, v. 5, n.9, p. 203-18, 2001.
- MACKENZIE, J. L. “ The Contextual Component in a dialogic FDG”. For publication in *Pragmatics*.
- MORAIS, M. F. A. *Marcadores da estruturação textual: elementos para a descrição do papel dos Marcadores Discursivos no processamento cognitivo do texto*. Centro de Estudos em Letras. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Dezembro 2011.
- NESPOR, M. & VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1996.
- NOVAES, N. B. Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português: um estudo da forma ‘portanto’. In: PEZATTI, E. G. (org). *Pesquisas em gramática funcional: descrição do português*. São Paulo: UNESP, 2009.
- PEZATTI, E. G. O advérbio “então” já se gramaticalizou como conjunção? *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-95, 2001.
- RISSO, M. S. O articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, A. T. e BASÍLIO, M. (orgs.). *Gramática do português falado*, vol. 4. São Paulo: Unicamp, 1996.
- SELKIRK, E. *Phonology and Syntax: The Relation between Sound and Structure*. Cambridge: MIT Press, 1984.
- TENANI, L. E. *Domínios prosódicos no Português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. 317f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Campinas, Campinas, 2002.